

PLANOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Um debate
da LAEC
sobre as
propostas
para a
Segurança
Pública dos
candidatos à
presidência
da
República.



A LAEC não alterou o conteúdo de nenhuma das propostas para a Segurança Pública a seguir, todas elas foram retiradas dos Programas de Governo de cada candidato, que podem ser consultados integralmente em seus respectivos sites de campanha.

Leia as propostas de maneira crítica, tentando refletir em alguns pontos, como por exemplo:

- Quais são os pontos positivos dessa proposta?
- Quais são os pontos negativos dessa proposta?
- Em quais pontos esta proposta poderia melhorar?
- A implementação deste plano de segurança é possível/ razoável/ viável?
- A ciência embasa ideias apresentadas?
- Quais medidas são para curto prazo? Quais medidas são para longo prazo?
- A proposta terá efeito só no curto prazo?
- É uma proposta sólida? É uma proposta “feita de aparências”?
- Ela irá resolver ou mitigar o problema de Segurança Pública?
- A implementação desse plano para segurança poderá causar algum outro problema? Quais podem ser os “efeitos colaterais” da implementação dessas ideias?
- As propostas apresentadas são as melhores soluções possíveis para resolver um dado problema? Ou existem outras soluções possíveis e mais eficientes?

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: https://lula.com.br/wp-content/uploads/2018/08/programa_de_governo_6_final-1.pdf

3.3 SUPERAÇÃO DA POBREZA E ASSISTENCIA SOCIAL

O presidente Lula enfrentou o preconceito das elites contra os pobres e criou o Programa Bolsa Família. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o programa com referência na redução da pobreza e melhoria das condições sociais. Em 2015, mais de 13,7 milhões de famílias recebia o Bolsa Família, mas governo golpista de Temer e PSDB tem ameaçado o programa. Em 2017, mais de 326 mil domicílios deixaram de receber o benefício (PNAD/IBGE). Lula foi o primeiro presidente que priorizou a segurança alimentar do povo. O conjunto de políticas integradas e prioridade política do Presidente assegurou a todos os brasileiros a realização das três refeições por dia. A política econômica do golpe, porém, retirou os pobres do orçamento e recolocou o Brasil no Mapa da Fome da FAO/ONU.

A implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nos governos Lula e Dilma contribuiu para a difusão de uma concepção de Seguridade Social universal, democrática, pública, integrada, redistributiva e com serviços de qualidade, reafirmando os princípios constitucionais e possibilitou a construção de uma ampla e territorializada rede de proteção social. No final de 2015 já eram mais de 30 milhões de famílias atendidas nos Centros de Referência e nos Centros Especializados de Assistência Social e acolhidas e protegidas pelas redes estatal e pelas organizações de assistência social, que atende crianças e adolescentes, pessoas idosas e com deficiência, mulheres em situação de violência, população LGBTI+, adolescentes em conflito com a lei, população em situação de rua, migrantes, famílias, população indígena, entre outros públicos com direitos violados. Os Benefícios de Prestação Continuada – BPC garantiam renda para mais de 4,4 milhões de beneficiários, sendo 2,4 pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

O golpe, especialmente pela instituição do Teto de Gastos, promoveu a ruptura do pacto federativo e descontinuidade da implantação e expansão da proteção social, principalmente nos territórios mais desiguais. As contrarreformas penalizam a classe trabalhadora e os cidadãos e cidadãs que acessam a proteção social não contributiva e demais direitos sociais.

O povo mais pobre voltará ser a grande prioridade no próximo governo Lula.

O governo criará o Programa Emergencial de Emprego (ver capítulo seguinte) e restabelecerá as bases que estruturaram o SUAS nos marcos de um novo pacto federativo, com revisão da partilha de recursos e responsabilidades dos entes federados. Essa mudança visa à expansão qualificada dos benefícios e serviços do SUAS em todos os territórios vulneráveis do Brasil, considerando as particularidades regionais e territoriais do país, fortalecendo a proteção social às 31 pessoas idosas, crianças e adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos tradicionais e indígenas, população em situação de rua, migrantes, entre outros. Lula vai incorporar as famílias em condição de pobreza sem acesso ao Bolsa família e promoverá a universalização da segurança de renda e ampliação de cobertura quanto a fatores de insegurança e desproteção social, especialmente inclusão produtiva. O governo federal vai ampliar o uso do Cadastro Único como fonte de diagnóstico para a implementação de políticas sociais, conforme as demandas específicas de cada segmento, tendo como norte o combate às desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e territorial. Além realizar a

efetiva integração dos sistemas públicos e qualificação dos serviços prestados, o governo federal avançará na implementação da Lei n. 10.835, de 2004, que institui a renda básica de cidadania.

O Presidente Lula retomará e ampliará a política nacional de segurança alimentar e nutricional, combatendo a desnutrição infantil e promovendo a Soberania Alimentar (ver capítulo 5). O governo vai incorporar as famílias em condição de pobreza que foram excluídas de programas de transferência de renda, disponibilizando assistência alimentar específica para os diversos grupos sociais em condição de vulnerabilidade. Ademais, vai promover a agricultura familiar, em bases agroecológicas, sem o uso de agrotóxicos, aproximando produção e consumo de modo a assegurar o acesso de todos e todas aos alimentos de qualidade. Liderando pelo exemplo, o Brasil vai retomar o protagonismo internacional no enfrentamento à fome e à miséria.

SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

Em que pesem os avanços dos governos Lula e Dilma, a atuação do Estado na segurança pública tem se revelado falha e precisa ser aprimorada. É preciso retomar a linha mestra da segurança cidadã, reconhecendo avanços obtidos em importantes experiências acumuladas ao longo desses anos e aprimorando a abordagem sobre os temas que mais afetam a segurança da população. A efetividade das políticas de segurança pública dependendo fundamentalmente da capacidade do Poder Público articular os programas e ações específicos com as políticas sociais, ofertadas de forma integrada pela União, estados, DF e municípios. Nesse sentido, este Plano propõe a repactuação federativa de modo a ampliar e qualificar a prestação de serviços públicos em educação, saúde, empregos, esporte e lazer, entre outras. O quadro atual da segurança pública é devastador. O número de homicídios no país superou a marca de 62,5 mil por ano. Isso significa uma média de 153 mortes por dia, ou seja, é como se todos os dias caísse um grande avião sem sobreviventes no país. Os números são 30 vezes maiores que os constatados na Europa. Está muito acima da média de homicídios por habitantes verificada em países desenvolvidos e em muitos países em desenvolvimento no mundo. As vidas ceifadas são, em grande medida, de pessoas jovens, negras e moradoras da periferia. Ocorrem com uso de arma de fogo, sendo especialmente aguda a situação em capitais do Norte e do Nordeste. Já a taxa de solução desses crimes é muito baixa – menos de 10% dos homicídios investigados tem a autoria descoberta.

PLANO NACIONAL DE REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS

A prioridade da política de segurança deve ser a redução expressiva de mortes violentas. Refazer as bases para um Plano Nacional de Redução de Homicídios é urgente, tendo como referência os diagnósticos e o fortalecimento de sistemas de informação criados nos governos do PT, como o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública - SINESP. Assim, serão adotadas políticas intersetoriais que deem qualidade aos serviços públicos nos territórios vulneráveis e tragam atenção à situação de crianças, jovens, negros, mulheres e população LGBTI+, com prioridade para a juventude negra, que vive nas periferias, que são vítimas de um verdadeiro extermínio ademais, em investigações policiais e nos processos judiciais, é preciso perseguir incansavelmente a meta de aumentar significativamente o esclarecimento da autoria dos casos de homicídios e latrocínios, hoje situada em apenas 8%.

Nesse contexto, a política de controle de armas e munições deve ser aprimorada, reforçando seu rastreamento, por meio de rigorosa marcação, nos termos do estatuto do desarmamento. A redução da violência causada pelo uso de arma de fogo passa por utilizar inteligência acumulada para retirar armas ilegais de circulação e represar o tráfico nacional e internacional. É preciso também

avançar no debate sobre a militarização das polícias, assegurando democratização, representação civil e processos internos mais justos, além da valorização do profissional da segurança e do fortalecimento da polícia científica.

O policiamento ostensivo deve guardar isonomia aos cidadãos, em especial nas periferias, estruturando-se um controle externo efetivo com maior transparência. Essas mudanças devem se dar a partir de debate nacional, estimulado pelo governo federal e envolvendo o conjunto da sociedade civil, visando rever e adaptar às exigências de uma sociedade complexa e democrática, que enfrenta os desafios do século XXI, o artigo 144 da Constituição, que define o sistema institucional da segurança pública, a distribuição de responsabilidades entre os entes federados e o modelo policial. A modernização do sistema institucional de segurança e a conseqüente reforma das polícias não podem mais ser adiadas.

A redução dos alarmantes índices de mortes violentas no país passa também pela construção de um sistema de inteligência fundado em alta tecnologia, monitoramento de nossas fronteiras, qualificação dos profissionais de segurança, bem como pelo combate implacável à tortura. A capacidade de apuração de crimes e, portanto, de redução de impunidade, está diretamente ligada ao sucesso de uma Política Nacional de Redução de Homicídios.

NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS

A atual política de repressão às drogas é equivocada, injusta e ineficaz, no Brasil e o no mundo. É o grande nó a ser desatado em favor do presente e do futuro de nossas crianças e jovens. Hoje, o país prende mais pessoas não violentas, não organizadas e desarmadas, envolvidas no varejo disperso do comércio de substâncias ilícitas, do que homicidas, traficantes de armas e 33 lideranças do crime organizado que já se transnacionalizou. Com isso, agrava a já desumana condição dos presídios e funciona como recrutamento em massa para facções criminosas. É premente alterar a política de drogas, para combater o que de fato é prioritário, o poder local armado despótico exercido sobre territórios e comunidades vulneráveis. É preciso enfrentar a rede de negócios ilegais que o tráfico internacional promove. O dinheiro decorrente do tráfico alimenta várias esferas da economia, viabiliza o acesso a armas em grande quantidade – que favorecem a violência letal – e financia a corrupção e outras atividades criminosas. O país precisa olhar atentamente para as experiências internacionais que já colhem resultado positivos com a descriminalização e a regulação do comércio. É urgente promover políticas consistentes de prevenção da violência, evitando o recrutamento de jovens vulneráveis pelo crime. Para isso, é fundamental o Poder Público assegurar perspectivas de futuro para as juventudes, oferecendo-lhes educação, cultura, valorização e alternativas atraentes de integração à vida pacífica e ao mercado de trabalho.

Em paralelo, o governo federal deve assumir suas responsabilidades no enfrentamento da criminalidade que, tendo origem transnacional, afeta a segurança dos estados e dos municípios. Isso permitirá experiência inovadora de atuação da Polícia Federal no ciclo completo na cadeia do crime. A PF já atua na cooperação internacional, no controle de fronteiras e armas, e na repressão interestadual, o que a habilita a atuar no enfrentamento do crime organizado, do financiamento associado, em todas as modalidades criminosas de grande vulto que incidem sobre os centros urbanos, mas cujas dinâmicas extrapolam seus limites.

A proposta na área de segurança pública deve estar vinculada à medidas de prevenção ao uso de drogas nas áreas de saúde e educação. No âmbito da saúde, é preciso incentivar a abordagem científica e atualizada à luz dos protocolos reconhecidos internacionalmente como mais avançados e eficazes, fortalecer a rede de atenção psicossocial, permitir políticas de redução de danos e atuar com

sensibilidade para abordar de diferentes e flexíveis formas a prevenção em relação a grupos sociais distintos.

Na educação, é preciso garantir que a comunicação com os adolescentes e jovens seja eficiente e não geradora de mitos e mentiras. Priorizar a dimensão do ensino que dialoga com a vida real do estudante é fundamental, de modo que a abordagem científica deve partir dos problemas experimentados no cotidiano. A prevenção passa pelo estabelecimento de políticas voltadas à primeira infância e de formação continuada na área de prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos três níveis de ensino e de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas alinhados às diretrizes curriculares nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas.

PLANO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Em conjunto com o sistema de justiça criminal, será preciso investir na gestão penitenciária para promover reintegração social e não mais a retroalimentação de mão de obra das organizações criminosas. Para isso, o governo vai investir na reforma da legislação para reservar a privação de liberdade para condutas violentas e promover a eficácia das alternativas penais. Isso ocorrerá por meio de um Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária que estabeleça uma Política Nacional de Alternativas Penais. O Plano conterá ações para o fortalecimento do sistema nacional de gestão penitenciária e preverá a criação de uma Escola Penitenciária Nacional para capacitação de gestores desse Sistema, de modo a qualificar a atuação estatal para um modelo que substitua o domínio das organizações criminosas. O governo Lula enfrentará o encarceramento em massa, sobretudo o da juventude negra e da periferia, diminuindo a pressão sobre o sistema carcerário, trazendo ganhos globais de economia de recursos. Abre espaço para que as polícias civil e militar se concentrem na repressão a crimes violentos e no combate às organizações criminosas, com foco na redução de homicídios. Em complemento, exige políticas de geração de trabalho e renda para jovens de baixa renda expostos ao ciclo de violência e exploração dos mercados ilegais.

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SUSP

Na gestão da política nacional, o governo federal vai promover a integração com governos estaduais e municipais, com foco em inteligência, priorização da vida, controle de armas, repactuação das relações entre polícias e comunidades, prevenção e valorização profissional dos policiais. É preciso corrigir o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP para adequá-lo ao paradigma da segurança cidadã e de participação social, o que exigirá revisão e complementação da legislação recém-aprovada, que é, ademais de problemática, meramente indicativa. Para deixar de sê-lo e alcançar real poder normativo, mudanças correspondentes no artigo 144 da CF serão necessárias e o governo federal se empenhará junto ao Congresso Nacional para que, com base em grande debate nacional, e com envolvimento da sociedade e os profissionais da área – cujas condições de trabalho merecem ser valorizadas – se promovam essas alterações. Ao ser posto em prática, o SUSP precisa definir protocolos de organização e atuação, fontes de financiamento vinculadas a contrapartidas de prevenção e redução de crimes violentos e formação de gestores na área.

Ciro Gomes (PDT)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: <http://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Diretrizes-para-uma-Estrat%C3%A9gia-Nacional-de-Desenvolvimento-para-o-Brasil.pdf>

7 - COMBATER O CRIME COM INTELIGÊNCIA POLICIAL E PROTEÇÃO AOS JOVENS

O Brasil registrou 62 mil homicídios em 2016. Número equivalente às mortes provocadas pela explosão da bomba nuclear que destruiu a cidade japonesa de Nagasaki em 1945, durante o final da 2ª Guerra Mundial. Com 31,1 assassinatos por 100 mil habitantes, temos hoje uma das mais altas taxas de homicídios do mundo. A verdade é que nos tornamos um país inseguro e violento. Vivemos com medo, seja na cidade grande, seja no pequeno município. Em muitas cidades, chegamos ao ponto em que o crime organizado controla tanto as ruas como os presídios. Mas a solução, como prova o fracasso generalizado da Segurança Pública em todo o Brasil, não é despejar nas ruas ainda mais armas. Quanto mais armas, mais violência e mais mortes. Para mudar esse quadro, proteger a população e conter a criminalidade, é necessário aumentar a presença do Governo Federal na Segurança. As medidas que iremos implementar têm por objetivo desenhar um novo modelo, em que a União participe mais da prevenção e repressão à criminalidade violenta. E isso significa melhorar as formas de financiamento das políticas de segurança, coordenar os esforços dos estados para conter o crime, direcionar as polícias federais para o combate às organizações criminosas violentas, controlar o tráfico de armas e drogas, criar uma Polícia de Fronteiras, organizar os esforços na repressão e prevenção ao homicídio, e implementar um sistema nacional de inteligência em segurança pública. As medidas que iremos implementar têm por objetivo desenhar um novo modelo, em que a União coordene um esforço nacional para a prevenção e repressão à criminalidade violenta. Ao mesmo tempo, como já dissemos, vamos investir maciçamente em educação, em escolas de tempo integral que eduquem e protejam nossa juventude do perigo das ruas, oferecendo-lhes ocupações alternativas e cursos profissionalizantes.

7.1 - Objetivos prioritários:

- Investigação e prevenção de homicídios e outros crimes violentos (roubo, estupro, sequestro etc.);
- Enfrentamento às organizações criminosas;
- Controle do tráfico de armas;
- Policiamento nas fronteiras;
- Repressão à lavagem de dinheiro;
- Crimes contra a administração pública.

7.2 - Em relação à estrutura necessária para o alcance desses objetivos:

- Implementação da Política Nacional de Segurança Pública e do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), que hoje estabelecem apenas as diretrizes gerais dessa política. Para isso, vamos elaborar, junto com policiais, especialistas, promotores, juízes e sociedade civil, um detalhamento do plano de segurança para aplicação imediata;
- Criação, através de Emenda Constitucional, da Polícia de Fronteiras. Atualmente o órgão responsável por essa atividade é a Polícia Federal, que possui uma estrutura inadequada para essa função. O Brasil tem 16.432 km de fronteira, e para melhorar o policiamento nesse espaço é necessária uma polícia especializada e com efetivo muito maior que o disponível para tal atualmente na PF, complementado por investimentos em tecnologia e ações de inteligência;
- Criação de projeto de Emenda Constitucional (PEC) para institucionalizar a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), incluindo-a no artigo 144 da Constituição como Programa Permanente de Cooperação Federativa;
- Fortalecimento dos quadros da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) através de duas medidas:
 - Criação de um corpo permanente encarregado da administração e logística, de modo a não necessitar alocar os policiais cedidos pelos estados na realização dessas tarefas;
 - Concessão de incentivos aos estados que cedam policiais para os quadros da FNSP por um ano.
- Criação, em estados onde a disputa entre grupos de criminosos provoca maior número de vítimas, de força tarefa constituída de policiais federais, estaduais e promotores, com vistas ao enfrentamento das organizações criminosas;
- Criação, em colaboração com as entidades estaduais do ProVita (Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas), de um órgão federal de Proteção a Testemunhas que atenda os casos mais graves envolvendo delatores de organizações criminosas;
- Implementação da Escola Nacional de Segurança Pública, priorizando a capacitação de policiais estaduais para investigação e prevenção dos crimes graves;
- Reforço dos quadros de policiais federais destinados ao enfrentamento das organizações criminosas responsáveis pelo tráfico internacional e local de armas e drogas.

7.3 - Em relação ao combate direto ao crime:

- Elaboração e execução de um plano federal para o controle de organizações criminosas nos estados em conflito, começando pelo Rio de Janeiro, e expandindo depois para outros estados;
- Criação de um sistema nacional de inteligência criminal destinado à troca de informações entre as polícias dos estados e as federais sobre organizações criminosas;
- Articulação junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de medidas para agilizar a tramitação dos processos e inquéritos de crimes graves, estabelecendo critérios objetivos para as audiências de custódia, acelerando a destruição das armas ilegais e drogas apreendidas e simplificando o inquérito policial;
- Ocupação das vagas ociosas nos Presídios Federais. Atualmente, apenas metade delas está ocupada, enquanto os governos estaduais estão cuidando de inúmeros presos de alta periculosidade, sendo que muitos deles continuam comandando o crime em seus estados;
- Construção de um sistema ágil de investigação sobre lavagem de dinheiro que inclua a Polícia Federal, a Receita Federal e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras);

- Unificação do cadastro das armas registradas no país, já que atualmente existem dois sistemas separados, um sob a guarda da Polícia Federal (Sinarm) e outro das Forças Armadas (Sigma);
- Criação de um sistema de inteligência sobre armas e munições que consiga rastrear a proveniência das armas ilegais apreendidas, de modo a impedir esse fluxo.

7.4 Estabelecimento de programas para à valorização do profissional de segurança, elaborados juntamente com representantes das categorias de policiais, bombeiros, agentes penitenciários, guardas municipais e representantes de outras carreiras ligadas à atividade de segurança.

7.5 Implementação de medidas para prevenção da violência contra as mulheres, através de parceria com estados e municípios.

7.6 Promoção da prevenção criminal com políticas para os jovens como, por exemplo, a criação de um sistema de acompanhamento do jovem egresso do sistema penitenciário e a inclusão de jovens em áreas de conflito ou moradores de rua em programas profissionalizantes.

Cabo Daciolo (PATRIOTA)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000602500//proposta_1533774159360.pdf

5. Segurança Pública

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 144 "... A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos":

- I- Polícia federal;
 - II- Polícia Rodoviária Federal;
 - III- Polícia Ferroviária Federal;
 - IV- Polícia Civil
 - V- Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar
- O atual cenário da segurança pública no Brasil é crítico. Somos um dos países com o maior índice de violência urbana no mundo.

VAMOS ATUAR COM PREVENÇÃO

Alguns indicadores devem ser observados, como será exposto a seguir.

Mortes Violentas por 100.000 habitantes

Fatores	Índice
Homicídio Doloso	26,2
Letalidade Policial	2,0
Latrocínio	1,3

Lesão Corporal Seguida de Morte	0,4
Vitimização Policial	0,8

Mortes Acidentais por 100.000 habitantes

Fatores	Índice
Homicídio Culposos de Trânsito	6,5
Mortes a Esclarecer	4,5
Mortes Acidentais do Trânsito	2,8
Outras Mortes Acidentais	1,6
Outros Homicídios Culposos	0,4
Outros Crimes Resultantes em Mortes	0,1

Variáveis Influenciadoras no Quadro da Violência por 100.000 habitantes

Fatores	Índice
Entorpecentes – Tráfico	72,2
Entorpecentes – Posse e Uso	62,3
Porte Ilegal de Arma de Fogo	25,3

Adiante, algumas informações referentes ao efetivo de profissionais de segurança pública no país e informações acerca do sistema carcerário brasileiro.

Trabalhadores locais da Segurança Pública

Esfera de Governo	Índice
Estaduais (Polícia Militar)	420.240
Estaduais (Polícia Civil)	117.642
Municipais (Guardas Municipais)	99.350

Existem no Brasil 1.422 penitenciárias, sendo 437 unidades no Sistema Penitenciário Federal. Sob a responsabilidade das secretarias estaduais de segurança Pública, as carceragens de delegacias são 36.765 unidades e a taxa de ocupação é de 197,4% o que reflete um quadro de hiperlotação nas unidades carcerárias do país.

É importante ressaltar que o índice de reincidência dos infratores no país é de 70%, o que coloca em xeque a capacidade e a metodologia de ressocialização dos internos.

Os internos muitas vezes entram no sistema carcerário cometendo um tipo de infração e pela convivência com outros presos, tornam-se conhecedores de práticas mais delituosas do que as cometidas outrora. A solução para esse problema será a reformulação dos critérios de distribuição dos presos dentro dos presídios e das carceragens de delegacias.

Além de reestruturar o sistema penitenciário, iremos focar no combate ao tráfico de entorpecentes, pelo fato que, drogas e armamentos são a base de sustentação do crime organizado no Brasil e a dependência química é o pano de fundo na motivação de infratores a cometerem delitos.

Com isso, iremos combater o tráfico de drogas e de armas nos locais onde esses itens entram no território brasileiro, sendo os principais locais, as áreas de fronteira. O Brasil possui mais de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados de dimensão, possui também 16.886 quilômetros de fronteira terrestre e mais 7.367 quilômetros de fronteira marítima, sendo um dos maiores países do mundo.

PREVENÇÃO É A SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Atualmente, são apenas 11.593 militares das forças armadas patrulhando as áreas fronteiriças e atuando no combate ao tráfico de armas e drogas de um total de 327.000 militares em atividade. Números que indicam o pouco efetivo de militares para o patrulhamento de uma área tão vasta de fronteira.

Para solucionar o problema do alto índice de violência urbana no Brasil, principalmente no que diz respeito à entrada de armas e drogas que geram como consequência o aumento do número de homicídios no país, iremos atuar com prevenção a partir da ampliação da quantidade de militares em fronteiras, aplicando 10% do PIB nas Forças Armadas, aumentando o efetivo da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Ferroviária Federal – que será efetivada, bem como a quantidade de Oficiais e Agentes Técnicos de Inteligência.

Iremos também criar os Centros de Operações Integradas em Áreas de Fronteira com a participação do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e da Agência Brasileira de Inteligência.

Melhores condições de trabalho também serão proporcionadas aos policiais federais, policiais ferroviários federais, policiais rodoviários federais, e articularemos com os governos estaduais e municipais para que policiais civis e militares bem como os profissionais dos corpos de bombeiros militares e agentes penitenciários dos estados da federação e guardas municipais também tenham melhores condições para o exercício de suas funções, por meio da obrigação legal da criação de um piso salarial para as polícias, obrigando aos estados remunerar de forma digna os profissionais que zelam pela segurança pública. Por meio de lei, também será estabelecido um percentual mínimo de investimento dos estados e municípios brasileiros em segurança pública e ampliar a quantidade de recursos repassados aos estados pela União.

Políticas públicas permanentes e obrigatórias, conjuntas, entre o Ministério da Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério da Educação e o Ministério da Justiça e Cidadania em

convênio com os estados e municípios brasileiros, serão realizadas a fim de promover o patriotismo, o nacionalismo, o civismo e a conscientização da sociedade, a começar pelos estudantes, **a respeito dos valores sociais e da importância do respeito às leis e do seu cumprimento.**

Geraldo Alckmin (PSDB)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: <https://www.geraldoalckmin.com.br/wp-content/uploads/2018/08/programa-de-governo-geraldo-alckmin-2018.pdf>

- Tolerância zero com a corrupção
- Estabelecer uma cultura de acompanhamento e avaliação dos resultados de todas as políticas públicas implementadas pelo Estado
- Criar mecanismos de transparência para que o cidadão possa acompanhar a execução das políticas públicas e opinar sobre elas
- Reduzir o número de homicídios, engajando estados e municípios para reduzir a taxa de homicídios para, pelo menos, 20/100 mil habitantes
- Combater o crime organizado e o tráfico de armas e drogas com a integração da inteligência de todas as polícias
- Criar a Guarda Nacional como polícia militar federal apta a atuar em todo o território nacional.
- Apoiar uma ampla revisão da Lei de Execução Penal para tornar mais difícil a progressão de penas para os infratores que cometeram crimes violentos e que tenham envolvimento com o crime organizado

Marina Silva (REDE)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: https://static.poder360.com.br/2018/08/MS18_Diretrizes-do-Programa.pdf

07 - PROTAGONISMO NA SEGURANÇA PÚBLICA E NA REDUÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Vivemos uma grave crise na segurança pública. Em 2017 foram registradas mais de 63 mil mortes violentas no Brasil, índice semelhante ao de países em guerra. Temos um sistema de segurança pública e justiça criminal fragmentado e ineficiente. Nosso governo assumirá ação decisiva na coordenação do esforço nacional para garantir a segurança da população. Nosso compromisso central é com a redução de crimes violentos, em especial os homicídios, e o combate ao crime organizado.

Dedicaremos esforços à implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com foco na gestão para resultados. Para isso, será elaborado, em parceria com Estados e Municípios, um Plano Nacional de Segurança, com a contribuição de especialistas de organizações da sociedade civil e das universidades, prevendo metas e indicadores de avaliação.

Para garantir a eficiência da atuação policial e do esforço investigativo, implementaremos um sistema de dados sobre segurança pública que contará com protocolos de comparabilidade de dados estatísticos entre os Estados e Municípios, disseminação de informações nacionais sobre criminalidade e elaboração de censos penitenciários.

Adotaremos as mais modernas ferramentas e metodologias de inteligência para a redução da criminalidade, priorizando o policiamento de manchas criminais e de fronteiras, com uso de tecnologia. O combate ao tráfico de drogas, armas e de pessoas e aos crimes financeiros, utilizará as técnicas de monitoramento da circulação e lavagem de dinheiro.

Criaremos um conselho que articulará os diversos órgãos de inteligência estaduais e federais com foco no crime organizado e suas dinâmicas interestaduais e transnacionais, incluindo o mercado ilegal que gerou perdas de R\$ 146 bilhões em 2017, resultado do contrabando, falsificação, pirataria e evasão fiscal.

Fortaleceremos a política de controle de armas, com efetiva responsabilização pelo uso e porte ilegal, desvio e tráfico. Para tanto, aprimoraremos os sistemas de controle de fabricação, registro e rastreamento de armas e munições, integrando as informações e disponibilizando o acesso para os órgãos de investigação.

Hoje o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com 726 mil presos, número quase duas vezes maior que o de vagas disponíveis. A eficiência e racionalização do sistema prisional serão perseguidas por meio do aprimoramento da gestão dos presídios. Estabeleceremos protocolos e parâmetros nacionais para a transferência de presos, revistas periódicas, aplicação de sanções disciplinares, realização de auditorias para localizar casos de corrupção e investimento em tecnologia para monitoramento da população carcerária. Apoiaremos a melhoria das condições físicas e operacionais dos presídios.

Implementaremos, também, uma Política Nacional de Medidas e Penas Alternativas, com subsídios técnicos para a constituição de centrais nos estados para o monitoramento e fiscalização de sua aplicação, e incentivaremos medidas que visem a redução do número de presos provisórios, a exemplo dos mutirões carcerários.

Para a prevenção de reincidências criminais, será criado um Programa de Apoio aos Egressos do Sistema Prisional, que promova a reinserção social e econômica por meio de um pacto com empresários para que sejam oferecidas oportunidades reais de retorno produtivo à sociedade.

O problema da segurança pública não deve ser tratado apenas como ação de polícia. É, antes de tudo, uma questão de segurança social. Uma política integrada, envolvendo educação, saúde, esportes e cultura, será estabelecida com foco na valorização da vida e prevenção da violência.

O enfrentamento da economia do crime implica, também, o oferecimento de oportunidades a milhares de jovens que, por não encontrarem espaço no mercado de trabalho, sofrem violência crescente e são facilmente atraídos pelo crime organizado, em especial o tráfico de drogas. Reverter esta situação é um compromisso que assumimos.

Guilherme Boulos (PSOL)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: https://s3.amazonaws.com/gp-info-eleicoes/wp-content/uploads/sites/2/2017/12/13143702/proposta_PSOL.pdf

VIII – SEGURANÇA PÚBLICA DEFENDER A VIDA E NÃO A MORTE

A segurança pública, tema que emerge como necessidade urgente da população brasileira, não foi devidamente tratado no período de democratização que emergiu após a ditadura militar (1964-1985), apesar de alguns esforços de mudança terem sido realizados, especialmente por novas demandas da sociedade civil, no sentido de participação social, controle externo das organizações policiais, denúncia das arbitrariedades e das violências.

No momento em que se redigiu a Constituição de 1988, pouco ou quase nada mudou na ordem estabelecida herdada dos anos 1940 e dos governos militares. A estrutura das polícias manteve-se a mesma, não foram definidas responsabilidades precisas dos entes federados, não foram instituídos mecanismos de participação social e controle externo, foi aprofundada a centralidade das polícias e do cárcere para o tratamento das questões de segurança.

Por isso, nosso programa procura marcar a diferença de concepção, visando a construção de políticas públicas de segurança, cuja existência não pode estar confinada a ser exclusiva ou sinônimo de ação das polícias, ação repressora ou política de encarceramento.

É necessário construir um modelo de segurança em que a vida seja colocada em primeiro lugar, e não possa ser sacrificada em nome da defesa da ordem ou do patrimônio. Proteger a vida e assegurar o direito de todos e todas a uma vida segura deve ser o objetivo último da segurança pública.

Iremos desenvolver uma política de segurança pública com transversalidade e multidisciplinaridade nas mais diversas e necessárias políticas públicas em que o Estado brasileiro historicamente, sempre se esquivou promover. As consequências da omissão no desenvolvimento

das políticas públicas resultaram num quadro gravíssimo de violação aos direitos humanos, e reduziram as ações governamentais ao incremento das polícias e do sistema de justiça penal.

Nos últimos 18 anos, como reações a “crises” mais agudas e, portanto, investindo em uma lógica de curto prazo, paliativa e midiática, os governos federais tomaram uma série de iniciativas no campo da segurança sem, no entanto, alcançarem resultados significativos na redução da violência. Em 2000, Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Segurança Pública, que vigorou por apenas dois anos. Em 2007 foi criado o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania) na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Neste mesmo ano foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei que criaria o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP.

No ano de 2009, houve uma das maiores oportunidades perdidas. A I Conferência Nacional de Segurança Pública, que teve etapas municipais e estaduais, aprovou uma série de diretrizes e recomendações oriundas dos trabalhadores da segurança pública, da sociedade civil organizada e dos representantes dos entes estatais. Propostas como desmilitarização das polícias, reforma do sistema de segurança pública, carreira única nas corporações etc., foram escritas pela primeira vez em um documento que acabou totalmente ignorado pelo governo da época.

Dilma Rousseff, por sua vez, apresentou o Programa Brasil Mais Seguro e, em 2015, o Programa Nacional de Redução de Homicídios, nunca implementado, principalmente em razão do golpe que resultou em seu impeachment. Com Temer, veio a intervenção no Rio de Janeiro. Mas não só. Na primeira quinzena de 2017, o número de mortes dentro do sistema prisional do Brasil superou o do Massacre do Carandiru: 133. O Secretário Nacional de Juventude do governo Temer, à época Bruno Júlio (PMDB), declarou que “era pouco”. Queria “uma chacina por semana”. Alexandre de Moraes, então ministro da Justiça, falou pouco sobre o caso. Estava ocupado apresentando um “novo” plano de segurança, tirado dos anos 1970, que tinha como centro a “Guerra às Drogas” e as medidas de militarização da Segurança, sem que houvesse nem mesmo um documento de base explicitando as suas premissas.

Mais recentemente, veio a aprovação pelo Congresso Nacional da lei do SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, através da Lei N° 13.657 de junho de 2018. A lei aprovada, contudo, pouca semelhança guarda com a versão inicial elaborada, especialmente porque reforçou a concepção de que segurança pública é problema exclusivo das polícias e se resolve por meio de operações especiais e forças tarefa – o que revela a ausência de um desenho sólido e integrado de política pública. O SUSP aprovado não institui participação social e nem qualquer tipo de controle externo das organizações envolvidas com a segurança pública, nada acrescenta ao pacto federativo de financiamento do sistema, não compartilha responsabilidade entre as diferentes instâncias de governo. Especialmente grave é a lei do SUSP não abordar a concepção e o financiamento das políticas de prevenção, reintegração dos egressos prisionais, formas alternativas de justiça ou penas alternativas. Seu provável efeito será o aprofundamento da competição entre as organizações policiais, o aprofundamento da autonomia das polícias em relação ao governo civil e a regulamentação das operações especiais de ocupação de territórios por meio da força, ou das forças-tarefa que tem agido em regime de exceção nos últimos anos no Brasil.

Nos últimos quinze anos, assistimos a um acentuado incremento de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), sobretudo no Norte e Nordeste¹. O estudo mais recente publicado pelo Ipea (2018) mostra que as taxas de homicídio entre 2006 e 2016 tiveram uma queda de 46,7% em São Paulo, enquanto foi verificado um aumento de 256,9% no Rio Grande do Norte. Na soma do país, o número de assassinatos passou de 47,9mil para 62 mil ao ano e, em 2016, superaram pela primeira vez a marca de 30 homicídios por 100 mil habitantes (30 vezes o observado na Europa). Nesse intervalo, o Brasil perdeu mais de meio milhão de pessoas – pais, mães, irmão/as, filhos/as - vítimas de homicídios, dos quais apenas cerca de 8% são investigados. Nas cidades menores, a quantidade

de mortes violentas cresceu mais do que nas metrópoles. 50% delas ocorreram em apenas 123 cidades, o equivalente a 2,2% do total de municípios brasileiros.

O estudo conclui, ainda, que há uma correlação entre as condições educacionais, de oportunidades laborais e de vulnerabilidade econômica e a prevalência de mortes violentas: municípios com menor acesso à educação, com maior população em situação de pobreza e maiores taxas de desocupação apresentam maiores taxas de mortalidade violenta. Ao lado disto, os dados indicam que os homicídios de pessoas brancas declinaram e o crescimento se deve ao assassinato de pessoas negras, especialmente na faixa etária jovem.

O outro front desse extermínio, bastante invisibilizado, está no meio rural. Sequências de chacinas foram realizadas no campo, sobretudo no Norte e Centrooeste do Brasil, contra camponeses/as e indígenas que lutam por reforma agrária e demarcação de terras para os povos originários. No período recente, a maior delas ocorreu em 24 de maio de 2017: nove homens e uma mulher ligados à Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foram mortos na fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Pau D'Arco, sudeste do Pará, durante ação das Polícias Civil e Militar. Outras 14 pessoas foram baleadas e ficaram feridas. É o maior morticínio, em uma única investida, desde Eldorado dos Carajás (1992). De 2007 para cá, os assassinatos motivados por disputas de terras mais do que dobraram, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Brasil, considerado um dos países mais perigosos do mundo para ambientalistas, teve 58 assassinatos registrados pela CPT em 2016 – um crescimento de 23% com relação aos casos registrados em 2015. Em 2017 o número de mortes em conflitos agrários cresceu mais 15% na comparação com o ano anterior, num total de 70 assassinatos. Trata-se do maior número desde 2003.

Os agrupamentos ligados ao tráfico de drogas definidas como ilícitas, chamadas “facções”, também cresceram e se multiplicaram como resultado da política proibicionista (que incrementa a economia ilegal do tráfico) e do hiperencarceramento, que recolhe jovens envolvidos em pequenos ilícitos e os lança aos domínios dessas redes de quadrilhas. Antes concentradas no Sudeste – como o PCC, principalmente em São Paulo, e o Comando Vermelho, no Rio – essas organizações se espalharam pelo Brasil: hoje temos, entre tantas outras, a Família no Norte (FDN), no Amazonas, o Sindicato do Crime, no Rio Grande do Norte, os Guardiões do Estado (GDE), no Ceará e o Bonde dos 13, no Acre. Sem um número oficial, a agência DW Brasil calculou, em 2017, pelo menos 83 facções citadas em relatórios de CPIs e em mapeamentos de especialistas com base em cruzamento de dados dos serviços de inteligência da Polícia Federal e secretarias de segurança públicas estaduais.

As principais vítimas da violência letal, em perfis divulgados a cada relatório e mapeamento, são jovens, negros e moradores das periferias. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios entre a população negra saltou 23,1%, alcançando a taxa de 40,2 mortes por 100 mil habitantes, enquanto no resto da população caiu 6,8%. 71,5% das pessoas assassinadas em 2016 eram negras. No apartheid da violência, o Estado de Alagoas lidera a seletividade letal, com negros tendo 17 vezes mais chances de serem assassinados do que brancos. A resposta, quase automática e que “justifica” a letalidade, é a antecipação do envolvimento com o crime, numa construção narrativa que procura transformar a vítima de homicídio em um agressor real ou potencial. Ao lado destes indicadores, no entanto, o Atlas do Desenvolvimento do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) aponta que os brancos têm uma renda per capita 86% maior do que a população negra no estado, enquanto a mortalidade infantil para o mesmo segmento é 25% menor.

Levando-se em consideração o corte geracional, o Brasil vive outra tragédia. Analisando a década 2006 – 2016, do total de óbitos entre jovens de 15 a 29 anos, 50,3% foi causado pela violência. Temos hoje no Brasil um cenário desolador, em que um número inaceitavelmente alto de mães e pais têm que sepultar seus filhos, invertendo a ordem lógica, por motivos que poderiam e deveriam estar sendo evitados.

A aprovação do SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que infelizmente por culpa das desfigurações realizadas pelo lobby das bancadas conservadoras no Congresso Nacional e dos setores conservadores das corporações, em nada se parece com a concepção de política pública voltada à promoção da cidadania, da participação social e dos direitos humanos que caracterizou os sistemas criados para a Saúde e Assistência Social. O documento aprovado não inovou em nada na proposição de princípios e diretrizes e deixou de estabelecer objetivos de segurança pública. Não estabeleceu a necessária coordenação entre os três níveis de governo de forma e não estabeleceu a articulação com as demais políticas públicas que possuem efeitos sobre a segurança. Será preciso rever e reformular, com ampla participação social, a concepção, as diretrizes e as metas do PNDPDS.

O Direito à Segurança passa pela Segurança dos Direitos!

Propomos a segurança tendo o respeito à Vida, à Dignidade Humana e a busca da convivência fraterna entre todos os brasileiros e brasileiras como centralidade. Isso implica uma compreensão do complexo fenômeno da violência como algo que não se restringe aos crimes, mas, antes, a tudo que fere os princípios indivisíveis dos Direitos Sociais e Humanos. A moradia precária, a falta de estrutura urbana, a escola sucateada ou mesmo sua ausência, o rompimento dos laços de vizinhança e de convivência comunitária e as intolerâncias com relação ao gênero, raça e à diversidade sexual são exemplos disso.

Desde a segunda metade do século passado, seja no âmbito federal ou na concretude das relações cidadãs, e em que pese as produções latino-americanas críticas ao recrudescimento penal, a segurança no Brasil foi marcada pela importação de teorias estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos. Teorias como a das “janelas quebradas”, cujo desdobramento prático são as políticas de “tolerância zero”, que intensificam o número de prisões e a repressão policial em nome da reconhecidamente ineficiente “guerra às drogas” (que não conseguiu, no entanto, reduzir a oferta, o consumo e a violência relacionada ao mercado atualmente ainda ilícito de determinadas substâncias). A tentativa de adequação da polícia ao novo momento democrático pós-Constituição de 1988, ao invés de trazer mudanças estruturais, como a desmilitarização da segurança pública, apenas importou certa doutrina de “policiamento comunitário”, também inspirada na teoria das janelas quebradas que, salvo raras exceções, não aproximou de fato a polícia da comunidade, mas apenas tratou de adotar mecanismos e conceitos de gestão empresarial na segurança pública e, ainda assim, não obteve sucesso na diminuição dos índices de violência e nem aumentou a confiança da população nas instituições policiais.

O “combate ao tráfico” aparece como prioridade nas sucessivas gestões e programas de governo, sem a reflexão sobre o modo ineficaz de tratamento do problema, complicando a questão a que se propõe resolver. Seja por opção ideológica, seja por pressão e subserviência aos jogos de poder e heranças oligárquicas, os governos têm apostado no mais do mesmo da intensificação das práticas punitivistas, repressivas e de polícia de enfrentamento, sem atentar para uma real reparação e prevenção dos elementos intensificadores da conflitualidade social. Há uma desigualdade econômica e social que é causa de muitas mortes. Como apontamos, os grupos mais suscetíveis ao risco de morrer, as vítimas preferenciais da violência letal, são jovens negros, do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade, moradores das áreas periféricas, pouco assistidos pelas políticas governamentais.

É, portanto, apenas com fins eleitoreiros, por meio da instrumentalização do medo e numa tentativa de maquiagem uma realidade complexa e difícil de ser alterada, que alguns políticos apresentam como solução o tratamento penal da miséria e da desigualdade, transformando a questão social em

caso de polícia. O medo tem sido historicamente utilizado como um instrumento político potente, servindo ao propósito de manipulação da população. Essa instrumentalização do medo é, em grande medida, complementada por programas policiais que funcionam, eles mesmos, como trampolim político para quem tem na utilização da violência seu maior lucro eleitoral, além de contribuir com a “simbiose entre a segurança do mercado e o mercado da segurança”, contribuindo para a construção da imagem de um inimigo a ser exterminado. A difusão do medo é, assim, de enorme interesse para políticos e empresários da segurança privada, que vendem prisões, cercas elétricas, serviços de vigilância armada, câmeras de monitoramento, etc. A redução dessa realidade (violência) e sensação (medo), no entanto, pode ser alcançada com diversas medidas que não passam necessariamente por patrulhamento ou investimento privado dos que podem pagar (caro) e não dependem, exclusivamente, da segurança pública existente.

Os partidários do projeto neoliberal, que privatiza e condiciona o direito à segurança, apresentam um paradoxo permanente: pretendem implementar um “mais Estado” repressivo e/ou policial para solucionar o aumento generalizado da insegurança objetiva e subjetiva que é, ela mesma, causada pela ausência de uma intervenção estatal efetiva nos campos econômico e social. Isso não é mera coincidência: é precisamente devido ao fato das elites estatais abandonarem os mecanismos de distribuição de renda, geração de emprego, educação e saúde, cultura, esporte e lazer, deixando-os cada vez mais a cargo das iniciativas privadas ou particulares, que devem reforçar sua intervenção nos assuntos de “segurança”, reduzida à dimensão criminal.

Esse modelo aposta apenas em mais prisões (e em sua gestão em parceria com a iniciativa privada, aumentando o “custo” por preso de uma média de R\$2.400 para até R\$ 4.129 ao mês, de acordo com grupo de estudos carcerários da USP de Ribeirão Preto) e maior vigilância, numa lógica de maior controle e punição, sem afetar concretamente aquilo que pode evitar que os crimes aconteçam. O Brasil ocupa hoje a 3ª posição em encarceramento, com 726 mil presos, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Infopen, 2017). Nas penitenciárias, 12% cumprem pena por homicídio e aproximadamente 40% estão em prisão provisória. Quando julgados, em torno de 30% dos que estiveram em prisão provisória são inocentados. 28% é composto por aqueles que cumprem pena por transgressões às leis de drogas. Não se trata dos chamados “traficantes”, fortemente armados, que se impõem pela força sobre comunidades. Trata-se sobretudo dos varejistas das substâncias ilícitas, presos em flagrante, sem armas, sem praticarem violência e sem vínculos orgânicos com organizações criminosas. A despeito disso, são condenados a pelo menos cinco anos, em regime fechado.

Lamentavelmente, quando se trata de segurança pública, dilui-se a ideologia política em nome do envelhecido discurso da “ordem”, de forma que ampla parte do campo à esquerda tem apresentado as mesmas propostas da direita, fundamentadas quase que exclusivamente na repressão policial e ostensiva que, na prática, chega a conceber garantias sociais como obstáculos para a realização da segurança. Contra essa retórica penal e excludente do direito à liberdade, inclusive de ir e vir, e à segurança, afirmamos que a destituição de direitos – com o conseqüente abandono das áreas mais afetadas pela dinâmica do capital e a lógica hiperconsumista e individualista – intensifica os conflitos e fragiliza os laços sociais, gerando uma hierarquização do valor da vida. Não será, portanto, a resposta repressiva e militarizada de sempre que contribuirá para a redução dos alarmantes índices de violência no Brasil.

Deve-se ainda ressaltar que estas mesmas práticas não são dirigidas à toda a população, indistintamente. A atual política criminal seleciona, dentre todos que entram em conflito com a lei, aqueles e aquelas que devem sentir o peso do punho de ferro do Estado Penal – o complemento necessário da mão invisível do Mercado -, seja por meio do encarceramento massivo e da humilhação dos mandados de busca e apreensão coletiva, que por vezes alcançam comunidade inteiras, seja pela

concepção equivocada de policiamento que acaba resultando nas subterrâneas e ilegais práticas de tortura, suborno e execução sumária, vide os trágicos episódios de chacinas que se ampliam no campo e na cidade. Aqui, mais uma vez, o racismo institucional entra como forte fator dessa desigualdade perante a lei, num processo de criminalização antecipada por características físicas (a cor da pele), sociais (classe) e geográficas (o local onde mora) que supostamente revelariam a periculosidade de algumas pessoas. Muitas vezes não é o tipo de crime que “pesa” na política criminal, mas o tipo de pessoa que comete o crime (vide o helicóptero do senador com meia tonelada de pasta de coca, sem grandes desdobramentos).

A condenação antecipada pela atuação seletiva das forças de segurança, expressa por exemplo nos frequentes “baculejos” ou “batidas policiais”, que abordam qualquer jovem de chinelo, bermuda e cabelo pintado que more nas regiões populares, se estende para a condenação judicial: nas audiências de custódia, para dar apenas um exemplo a partir dos estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a possibilidade de um branco preso em flagrante ser solto ao ser apresentado ao juiz é maior que de uma pessoa negra ou parda, nas mesmas condições. Do mesmo modo, as penitenciárias, desde que foram inventadas, possuem a mesma “clientela” ao longo dos anos: os pretos e os mais pobres, inclusive sem acesso à educação formal. Em uma frase: “Todo camburão (e toda penitenciária) tem um pouco de navio negreiro”.

O modelo atual de policiamento produz e reproduz desigualdades e tratamento discriminatório das juventudes, especialmente a juventude negra. Além de gerar insegurança, gera desconfiança e medo da população em relação à polícia, o que não condiz com o esperado para uma sociedade democrática. Novas formas de exercer o policiamento e o controle do crime necessitam ser desenvolvidas e valorizadas, reorientando a ação policial (sua formação, doutrina e avaliação de resultados) para as prioridades definidas em instâncias com participação social. Enfrentar a violência contra as mulheres requer técnicas e expertises diferentes das exigidas para lidar com roubos a mão armada e as formas de policiamento devem ser capazes de responder às diferentes necessidades de segurança dos diferentes públicos.

O mau exemplo das UPPs: a redução da favela a três letras

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), instaladas no Rio de Janeiro a partir do ano de 2008, são um exemplo de política de segurança cara, ineficaz e extremamente prejudicial à vida social nas comunidades, a ponto de tornar-se letal para os jovens negros das favelas em que foram criadas. Instaladas com apoio total da grande mídia, como se fossem o remédio para todos os males daquelas comunidades, revelaram-se, ao longo do tempo, um grande fracasso na redução da violência. Na sua implementação, eram previstas ações integradas com as políticas assistenciais, que nunca foram implementadas, servindo como exemplo de uma política que apostou todas as fichas exclusivamente na militarização da segurança nos territórios pobres. Ao mesmo tempo, podem ser consideradas bem-sucedidas em promover a segregação e estigmatização das populações dessas comunidades, bem como de abrir esses territórios aos negócios e objetivos do mercado, especialmente durante os megaeventos esportivos da última década (Copa das Confederações, Jogos Olímpicos e Copa do Mundo). Atualmente, as mesmas estão em processo de extinção, tendo já cumprido seu macabro papel.

A ocupação de territórios com exclusivo emprego de forças militares, experimentada com as UPP, foi um ensaio da ocupação permanente vivenciada pelas comunidades adotada como modelo da intervenção federal de caráter militar no Estado do Rio. Este modelo foi incansavelmente criticado e denunciado pelos movimentos sociais, cujas vozes no interior do PSOL buscam constantemente amplificar. A luta de Marielle Franco é emblemática da luta de milhares de vozes sem visibilidade nas

grandes mídias, que se insurgem cotidianamente: os 50 mil votos recebidos por Marielle nas eleições municipais são indicativos da recusa de parcelas crescentes da sociedade no modelo da militarização da segurança.

Sua morte, como a de Anderson Gomes, que dirigia o carro ocupado por Marielle, já completou 4 meses, denunciando deste trágico modo a ineficiência da atual política de segurança em proteger vidas, elucidar crimes violentos e responsabilizar os agentes patrocinadores da violência.

Marielle Franco colocou sua vida a serviço da denúncia do extermínio e da proposição de uma nova concepção de segurança. E sua inspiração continua sendo o farol a iluminar o caminho da mudança.

Diante desse quadro, apresentamos a seguir alguns eixos de propostas para o campo da Segurança Pública:

1 Desmilitarização da Polícia e da Política

Desmilitarizar a polícia, a política e a vida é uma exigência democrática. A militarização é fruto de uma hierarquização social brutal, alimentada pelos meios de comunicação e mantida por interesses particulares. Dentro desta lógica, as polícias (inclusive as civis e as próprias guardas municipais) reproduzem um esforço de guerra que serve à violação de direitos e à desumanização de grupos sociais amplamente criminalizados, assim como a violação dos direitos dos/as trabalhadores/as de segurança, a eles/as impondo uma cultura institucional de violência e silenciamento, repercutido nas ruas com as altas taxas de letalidade e vitimização policial. Segurança não é guerra e o povo não é inimigo. Faz-se urgente superar a herança da doutrina de segurança nacional - tornada lei no auge da repressão ditatorial - e a lógica do "inimigo interno" desprovido dos direitos a ter direitos, que realizam um massacre cotidiano entre as camadas populares. Nesse sentido, é a própria política criminal que precisa ser alterada.

Defendemos um modelo de polícia de caráter civil, com controle interno e externo, de ciclo completo mitigado em suas unidades federativas, com plano de cargos e carreiras com ingresso único, carreira única, plena garantia dos direitos trabalhistas e fundamentado na proteção à vida e na promoção da dignidade humana.

É bom salientar que na concepção de segurança como guerra, soldados não possuem direitos. Por isso, defendemos a desmilitarização como exclusão das polícias do quadro das forças auxiliares das forças armadas do Brasil. Defendemos que os policiais parem de ser equiparados a soldados das forças armadas em seus direitos, e que sejam considerados trabalhadores civis, com conhecimentos próprios e adequados aos desafios complexos da segurança pública entendida como segurança cidadã, como direito humano e inalienável.

2 Implementação da Agenda Nacional Pelo Desencarceramento

Inchar ainda mais o sistema carcerário é parte do problema, não da solução. As prisões constituem um grande fracasso da política criminal: favorecem uma rede para o cometimento de novos crimes, banalizam a violência, pioram as pessoas. Longe de promover qualquer "ressocialização", ajudam a consolidar carreiras criminosas. Devemos, sempre que possível, apostar em formas alternativas de responsabilização no sentido do que foi apontado pelo documento da Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

3. Acabar com a guerra às drogas e fazer justiça de transição

É preciso afastar a política de drogas do direito penal e aproximá-lo da garantia do direito à saúde, permitindo o uso medicinal de certas drogas, mas considerando também o direito individual ao uso recreativo. Décadas de proibição não tiveram nenhum impacto na redução da demanda ou da

oferta de drogas e aumentaram os danos causados pela interação com essas substâncias. Ao regulamentar a produção, o comércio da maconha e o consumo de drogas tornadas ilícitas, pretendemos reduzir os danos e a violência sistêmica causados pela falsa proibição delas. As razões para a manutenção dessa política até hoje são o controle militarizado de territórios e populações marginalizadas, o lucro desenfreado do comércio sem qualquer controle e o incremento dos negócios relacionados à segurança pública e privada. Por isso ela é conhecida como “guerra às drogas”.

Queremos acabar com essa guerra. Nosso objetivo é buscar a reconciliação da sociedade. Para isso, seguindo os princípios da justiça de transição reconhecidos pela ONU e praticado em diversos países, queremos criar uma comissão da verdade para investigar a história dessa política, a participação de governos estrangeiros, o direcionamento do poder bélico do estado contra comunidades e populações específicas, notadamente comunidades periféricas e as populações negra e indígena. Reestabelecer a verdade sobre a história da proibição no Brasil é o primeiro passo que precisamos encarar. Mas também precisamos fazer uma política de reparação dos danos causados pela violência da guerra às drogas nesses territórios e contra essas populações. Por anos, crianças, adolescentes e adultos têm tido dificuldade de ir à escola e ao trabalho pelo simples fato de morar onde moram. Ao longo da vigência dessa política, milhares de famílias se fragmentaram e perderam entes queridos afetando profundamente suas vidas.

Não podemos voltar no tempo e desfazer o que foi feito, nem trazer de volta o que foi perdido, mas o que pudermos fazer para reparar os danos causados, é nosso dever enquanto sociedade fazê-lo. Em seguida, vamos propor uma lei que anistie as pessoas presas injustamente por tráfico de drogas e, por fim, fazer um processo gradual e seguro de regulamentação da produção e do comércio de substâncias hoje consideradas ilegais, a começar pela maconha. Vamos instituir um programa nacional de educação para prevenção ao consumo problemático de drogas, com participação da sociedade civil e da comunidade científica na elaboração de seu programa, estabelecendo uma educação honesta sobre drogas. Essa guerra tem causado muitos danos e é preciso uma política robusta para dar fim a ela de forma segura. Assim, teremos condições de garantir que ela não volte a acontecer.

4. Fortalecimento da rede socioassistencial

A morte começa no abandono. Essa é a dura realidade no cotidiano de milhares de meninos e meninas, adolescentes e jovens encontrada no Relatório Final “Cada Vida Importa”, documento elaborado pelo Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência. As periferias sofrem grande intervenção do Estado, mas quase que exclusivamente por políticas de controle, vigilância e repressão. Na maioria das periferias e favelas não existem investimentos estatais em equipamentos de arte, cultura, esporte e lazer, são poucos os equipamentos da assistência e saúde, não há sequer saneamento básico, mas concentram os maiores investimentos na tecnologia da morte, inclusive com tanques de guerra.

5. Controle Social e participação

Precisamos de participação social no controle da violência. Não há possibilidade de política de segurança que esteja dissociada dos processos de socialização e integração social. A Constituição diz expressamente que segurança é “direito e responsabilidade de todos”. É preciso envolver o conjunto da sociedade no enfrentamento da violência: desarmar os espíritos, através de um esforço de mobilização permanente contra o comportamento violento e a favor da convivência fraterna e harmoniosa entre as pessoas. Nesse sentido, a criação de conselhos de participação social em todas as instâncias de decisão sobre políticas de segurança, de centros de mediação comunitária e de ouvidorias externas para monitoramento das polícias são propostas fundamentais. A segurança é o setor das políticas públicas clássicas mais fechado à participação social na definição dos seus rumos

e prioridades. É preciso regulamentar e exigir a participação social em todas as instâncias de decisão da segurança, avaliando os resultados em termos de eficácia para a redução da violência e dos custos sociais das estratégias, recusando aquelas que aprofundam os efeitos discriminatórios.

6. Controle de armas

Quanto mais armas em circulação, maior o número de mortes (inclusive de quem a porta achando que vai se proteger). Precisamos do controle sobre as armas, não da sua expansão. Propomos o fomento para campanhas de desarmamento voluntário da população, além de ampliar o controle sobre armas e munições que circulam no território brasileiro, aprimorando os dispositivos previstos na Lei 10.826/03 e no Decreto 5.123/04. Além disso, é preciso envolver a diplomacia brasileira na relação com países fabricantes de armas e munições, bem como com nossos vizinhos de fronteira, para um esforço conjunto de controle de armas e munições.

7. Valorização dos profissionais de segurança

Sob nenhuma hipótese devemos reforçar o discurso de oposição entre segurança pública e direitos humanos. Se defendemos que o paradigma da segurança está fundamentado na promoção e proteção da vida e da dignidade, é necessário que o próprio profissional de segurança também se identifique como trabalhador/a e tenha seus direitos humanos garantidos. Na lógica da guerra, não avançaremos em nada. Somente um profissional consciente de seus direitos e deveres de trabalhador(a) poderá reconhecer e garantir direitos da população, que é o que se espera de um(a) policial em uma política distante do paradigma do combate armado. Para isso é preciso investir na criação e difusão de conhecimentos específicos voltados à complexidade das questões de segurança, levando em conta as especificidades dos fenômenos violentos, capacitando os profissionais de segurança em conhecimentos teóricos, técnicos e práticos que impulsionem as mudanças urgentes e necessárias no campo da segurança.

8. Políticas de promoção da igualdade

O machismo, o racismo e a LGBTIfobia estão no centro da violência. Sem políticas específicas de promoção da igualdade e enfrentamento dos privilégios continuaremos derramando sangue e enxugando gelo.

A violência e as políticas discriminatórias são em si produtoras de desigualdades, e não são apenas efeitos secundários das desigualdades econômicas e estruturais. É preciso pensar e desenvolver ações específicas para a redução da violência, como um direito humano inalienável, e como parte da estratégia de redução de desigualdades criadas por relações de poder injustas.

9. Regulamentação dos programas policiaiscos

Um estudo conduzido pela ANDI em colaboração com o Intervozes, a Artigo 19 e o Ministério Público Federal aponta que pelo menos 12 leis brasileiras e sete tratados multilaterais são desrespeitados cotidianamente pelos programas ditos “policialescos” que se valem de uma concessão pública para ir ao ar (disponível em: <http://intervozes.org.br/publicacoes/guia-violacoes-de-direitos-humanos-na-midiavolume-i/>). Necessitamos de uma atuação de fiscalização destes conteúdos, uma vez que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa devem conviver harmonicamente com os demais direitos. O primeiro passo é compreender que tais programas não são propriamente jornalísticos, mas fazem parte de uma categoria específica, cujo conteúdo violento e sensacionalista não deve ser veiculado em todos os horários de uma rede de televisão aberta.

10. Investir no aperfeiçoamento da produção de dados, com a organização, integração e sistematização dos bancos de informações

A transparência das ações do Estado é fundamental para o governo democrático. Sem dados confiáveis e amplamente disponíveis ao público em geral é impossível planejar, definir prioridades e monitorar os resultados das políticas. Uma política de dados e informações é fundamental para a integração das políticas de segurança, a cooperação entre os diferentes entes e organizações, a participação social na fiscalização e proposição de mudanças e correção de rumos.

11. Prevenção à Violência, redução de homicídios e políticas setoriais

As políticas de prevenção visam impedir, limitar e constranger o uso da violência na administração de conflitos, favorecendo o desenvolvimento de relações que se pautem pelos princípios dos direitos humanos, incluindo o respeito às diferenças. Numa sociedade desigual e hierarquizada, a prevenção de delitos e violência deve orientar-se por uma visão afirmativa de valorização da vida e da experiência das populações mais vulnerabilizadas, dentre as quais merecem destaque mulheres, jovens, negros, indígenas, LGBTQs e usuários problemáticos de álcool e outras drogas. É preciso ter estratégias de ação antes que as violências ocorram. Estas ações precisam ser articuladas com as demais políticas de assistência e com a visão do desenvolvimento humano: escola, renda, trabalho, cultura, lazer, esporte, participação social, universidade. As políticas públicas de juventude são fundamentais para o deslocamento da visão de segurança pública que queremos promover. A mediação, a justiça restaurativa e as alternativas penais também devem ser fortalecidas.

A primavera feminista trouxe corpo a uma luta histórica contra a violência baseada no gênero. As juventudes são atores primordiais nas mudanças nas relações de gênero. A Lei Maria da Penha é um instrumento importante de luta. Mas é necessário valorizar os seus dispositivos de educação para a equidade, prevenção à violência e assistência às vítimas. O primeiro ciclo de interpretação da lei deu ênfase ao dispositivo penal e carcerário. É preciso agora investir na formação de policiais e juízes para lidar com as violências advindas da desigualdade de gênero. E é igualmente necessário desenvolver as políticas e os equipamentos assistenciais e de cidadania que podem efetivamente permitir às mulheres sobreviver e superar relações violentas, sem colocar todas as fichas no punitivismo e no encarceramento. O mais importante é colocar o foco em proteger vidas e transformar relações, estimulando e incorporando as conquistas e os saberes oriundos da auto-organização das mulheres. Não podemos ter uma política que pense apenas no que fazer depois que as violências já ocorreram.

João Amoedo (NOVO)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: <http://joaoamoedo.com.br/programa-de-governo/>

3 Respeito À Vida E Segurança Para Todos Os Brasileiros Em Todo O Território

O Brasil vive uma epidemia de violência, espalhada por todas as regiões, dos grandes centros urbanos às cidades médias e pequenas, com assassinatos, roubos, assaltos a bancos e tráfico de drogas comandado por grandes organizações criminosas.

Em 2017, 63.680 brasileiros foram assassinados, o que representa o inaceitável índice de 30,8 mortes para cada 100 mil habitantes. Um dos maiores do mundo, semelhante aos de áreas de conflito. Esse resultado coloca o Brasil na 9ª posição entre os países com piores índices de homicídios do mundo. Essa violência atinge principalmente jovens da periferia – uma geração que poderia estar sendo preparada para o futuro, se encontra perdida para a violência.

O Brasil se tornou um País inseguro. Essa situação não pode continuar. O combate ao crime tem falhas em todas as etapas do processo. Desde a prevenção até a prisão e cárcere do condenado, aumentando ainda mais a sensação de impunidade.

Visão

Queremos um País com direito à vida como um pilar fundamental da nossa sociedade, com baixas taxas de criminalidade contra as pessoas e seu patrimônio, e onde o crime não compensa.

Longo Prazo

- Reduzir a taxa de homicídios do Brasil para menos de 10 para cada 100 mil habitantes por ano.

Propostas

- Maior integração entre as polícias e os governos municipais, estaduais e federal.
- Priorização da segurança pública e valorização do policial.
- Metas e bonificação para o sucesso policial.
- Plano de carreira que permita o crescimento do policial.
- Aprimorar a prevenção e as investigações com o uso de mais tecnologia.
- Combate com mais inteligência e tecnologia à lavagem de dinheiro.
- Reforma da Lei Penal com maior rigor, redução da possibilidade de progressão e revisão dos indultos e saídas temporárias em datas festivas.
- Prisão de condenados em segunda instância.
- Construção, manutenção e gestão de presídios em parceria com o setor privado.

Jair Bolsonaro (PSL)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: <https://drive.google.com/file/d/13VHWWffHTsNnPRcbEIBuLzvg8kVH5ipk/view>

Segurança e Combate à Corrupção

A Globo, em seu documentário A Guerra do Brasil (dezembro de 2017), chama atenção para alguns números:

- 60 mil homicídios por ano, mais que 92 países juntos. Muito acima dos 14 mil homicídios dos EUA, que têm uma população 50% maior que a nossa.
- No Brasil, 786 mil pessoas foram assassinadas entre 2001 e 2015.
- Na Guerra do Iraque, entre 2003 e 2017, foram mortas 268 mil pessoas; Na Síria, de 2011 a 2017: 330 mil.
- Segundo o documentário, os culpados são: as armas de fogo, que causam 7 em cada 10 mortes.
- O documentário indica os 5 primeiros colocados no ranking de piora: Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia e Ceará, porém, deixa no ar a razão da piora.
- Menciona a melhora substancial que a Colômbia teve, pois reduziu em 70% os homicídios, porém, não diz as causas disso.

Contra a Esquerda: Números e Lógica

As armas são instrumentos, objetos inertes, que podem ser utilizadas para matar ou para salvar vidas. Isso depende de quem as está segurando: pessoas boas ou más. Um martelo não prega e uma faca não corta sem uma pessoa...

- EUA, Áustria, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia, Israel, Suíça, Canadá, etc, são países onde existe uma arma de fogo na maioria dos lares. Coincidentemente, o índice de homicídios por armas de fogo é muito menor que no Brasil. No Canadá, são 600 homicídios por ano! Em Israel 110 e Suíça 40!
- Peguemos o exemplo de nossos vizinhos: Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. Um tratamento estatístico mostrará uma correlação inversa entre armas nos lares e homicídios!
- Já a Venezuela, que aumentou a restrição às armas da população civil, está com o dobro de homicídios do Brasil: quase 60 por 100 mil. Com 31 milhões de habitantes, matam 17 mil por ano! Seria como 120 mil homicídios no Brasil por ano!

País	Quantidade de armas a cada 100 residentes	Mortes por arma de fogo por 100.000 Habitantes	Ranking Mundial Posse de Armas
 Uruguai	32,0	6,6	8º
 Argentina	12,6	5,8	61º
 Paraguai	17	15,1	37º
 Chile	10,7	5,2	59º
 Brasil	8,8	30,3	75º

Vamos aos Fatos

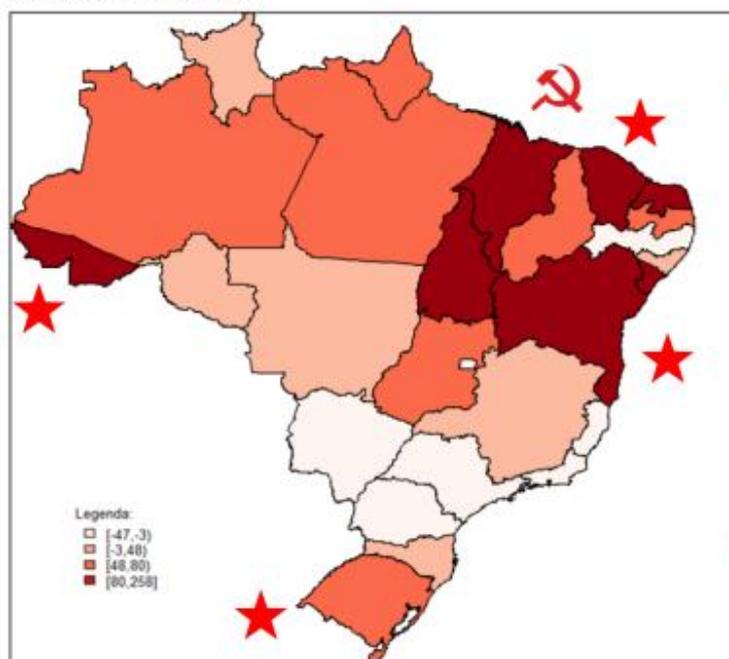
Os 5 primeiros colocados no ranking de piora: Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia e Ceará, são regiões que passaram a ser governadas pela esquerda ou seus aliados e onde a “epidemia” de drogas não foi coincidentemente introduzida. Aliás, o avanço das drogas e da esquerda são prevalentes nas regiões mais violentas do mundo: Honduras, Nicarágua, El Salvador, México e Venezuela (onde há forte restrição à população ter armas).

O documentário NÃO menciona que a melhora substancial da Colômbia foi o resultado da derrota das FARC (que abertamente vive do tráfico de drogas). Além disso, as FARC participaram do Foro de São Paulo, fundado pelo PT e pelo ditador cubano. A verdade é que o número de homicídios no Brasil passou a crescer de forma consistente a partir do 1o Foro de SP, no início dos anos 1990.

Houve até “bolsa crack” em cidades administradas pela esquerda, como por exemplo em São Paulo.

Vamos aos números: Atlas da Violência 2018 do IBGE:
[HTTP://WWW.IPEA.GOV.BR/PORTAL/IMAGES/STORIES/PDFS/RELATORIO_INSTITUCIONAL/180604_ATLAS_DA_VIOLENCIA_2018.PDF](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)

Figura 2.1 - Brasil: variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação (2006 a 2016)



Coincidentemente, onde participantes do Foro de SP governam, sobe a criminalidade.

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Mais mentiras da Esquerda: “A polícia é a que mais mata”.

O Brasil está em Guerra. Veja o título do recente documentário da Globo: “A Guerra do Brasil”!

- Segundo o IBGE, criminosos praticaram oficialmente 62.517 homicídios no Brasil em 2016.
- Intervenções policiais legais resultaram em 1.374 mortes em 2016.
- Apenas 2% de mortes violentas no Brasil estiveram associadas com ações policiais.

• Tais ações estão concentradas em dois Estados: Rio de Janeiro, com 538 mortes; e Bahia, com 364 mortes. Juntos, totalizam 66% das mortes! Retirando-se esses dois Estados, em 2016 as mortes violentas no Brasil associadas com ações policiais seriam 472, um número inferior a 1% do total.

A guerra no Brasil será vencida: Nossos heróis serão lembrados

- Enquanto a esquerda está preocupada com as mortes associadas a ações policiais, segundo a Ordem dos Policiais do Brasil (OPB), foram mortos 493 policiais em 2016! Em 2017 esse total subiu para 552 e, infelizmente, tudo indica que teremos ainda mais policiais mortos em 2018.
- São Heróis Nacionais que tombaram e foram esquecidos pelos atuais governantes nesta Guerra do Brasil! Um dos compromissos será lembrar o nome de cada um desses guerreiros! Suas famílias serão homenageadas e cada um desses heróis terá seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade!

“Nós brasileiros agradecemos aos heróis e suas famílias pela coragem e pelo sacrifício que fizeram!
Que seus nomes nunca sejam esquecidos!”

Prender e deixar na Cadeia: Salvar Vidas!

Mato Grosso do Sul, São Paulo e Brasília são os que mais prendem e os que mostram avanços...

<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

Figura 7. Taxa de aprisionamento por Unidade da Federação

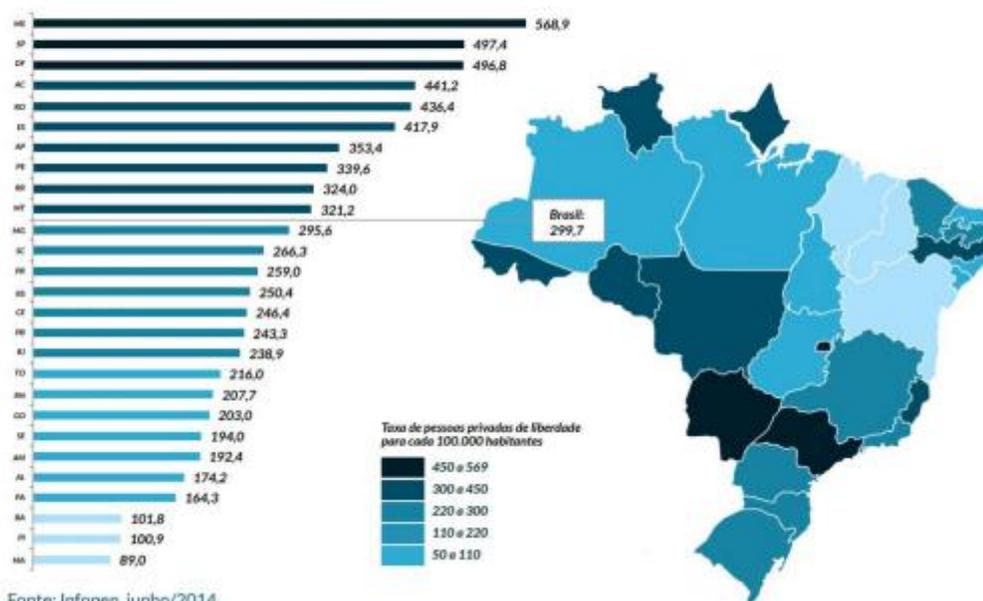


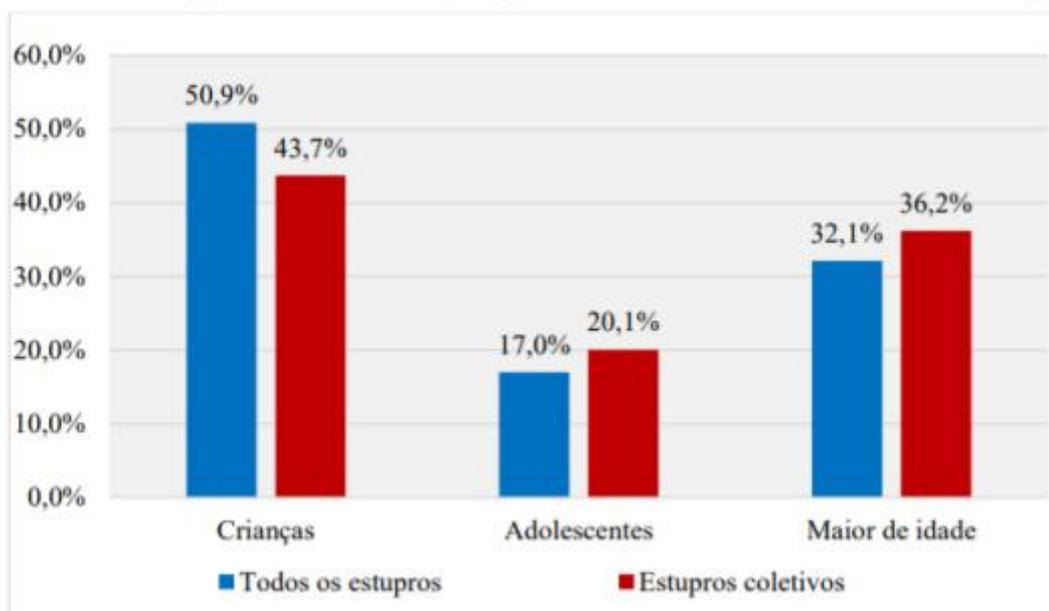
Figura 3.1 - Brasil: variação nos taxas de homicídios por Unidade da Federação (2006 a 2016)



OUTRO EXEMPLO DE MUDANÇA IDEOLÓGICA

Combater o ESTUPRO de mulheres e CRIANÇAS!

Gráfico 6.9 – Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro no total de casos e nos estupros coletivos, segundo fases da vida da vítima (2016)



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Conclusão

Os números comprovam que o extermínio de brasileiros é realizado pelos criminosos!

Para reduzir os homicídios, roubos, estupros e outros crimes:

- 1** Investir fortemente em equipamentos, tecnologia, inteligência e capacidade investigativa das forças policiais,
- 2** Prender e deixar preso! Acabar com a progressão de penas e as saídas temporárias!
- 3** Reduzir a maioridade penal para 16 anos!
- 4** Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros!
- 5** Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do excludente de ilicitude. Nós brasileiros precisamos garantir e reconhecer que a vida de um policial vale muito e seu trabalho será lembrado por todos nós! Pela Nação Brasileira!
- 6** Tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro.
- 7** Retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81.
- 8** Redirecionamento da política de direitos humanos, priorizando a defesa das vítimas da violência.

Henrique Meirelles (MDB)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622281//proposta_1534354939646.pdf

O BRASIL MAIS SEGURO

Nós temos que voltar a confiar no Estado como ente protetor de todos nós.

O Brasil MAIS SEGURO será o maior programa de segurança pública já realizado no país. Faremos uma cooperação intensiva de inteligência com os estados para que as polícias resgatem a confiança da sociedade e para reduzir a violência que tem dizimado milhares de vidas brasileiras todos os anos.

De acordo com dados do Atlas da Violência 2018, o país registrou 62.517 homicídios em 2016, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes – 30 vezes a da Europa. São jovens e negros as maiores vítimas da violência. Em 2016, 71,5% das pessoas que foram assassinadas no país em 2016 eram negras ou pardas.

Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas morreram devido à violência intencional no Brasil. Vários são os fatores que estão na origem do problema da segurança, mas três são particularmente importantes: impunidade, falta de policiamento ostensivo e precariedade do sistema penitenciário nacional.

A situação é mais grave nos estados do Norte e do Nordeste, onde estão as sete unidades da Federação com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Por isso, será necessário um olhar especial e cuidadoso com os brasileiros que vivem nessa região.

A taxa de homicídios entre a população negra saltou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006. Nossos jovens negros estão morrendo e isso precisa acabar.

Uma cultura de paz e confiança exige resgatar do terror da violência todas as populações vulneráveis.

Além de buscar oportunidades iguais para todos e focar em ensino de qualidade desde a primeira infância, é preciso atacar o problema imediato.

A explosão da população carcerária também é um problema grave. O número de presos quase dobrou em uma década, passando de 401,2 mil para 726,7 mil, de 2006 a 2016, tornando os presídios terrenos férteis para facções criminosas.

Ainda que a Constituição determine que esta é uma atribuição dos Estados, é impossível a qualquer governo desconhecer a crise da segurança pública. É preciso acabar com a impunidade, aumentar o policiamento, investir em ações de inteligência e reformar o sistema penitenciário nacional. O Governo Meirelles vai:

- Aumentar o policiamento ostensivo, com incremento de parcerias público-privadas;

- Investir em investigação policial – que hoje elucida apenas 15% dos homicídios cometidos no país – e na agilidade do trâmite judicial;

- Investir em inteligência, compartilhamento de informações, cooperação e coordenação entre órgãos de segurança pública nos três níveis da Federação, com coordenação da Presidência;

- Reformar o sistema penitenciário nacional, com a construção de novas penitenciárias, que consigam separar os chefes de quadrilhas dos detentos de menor periculosidade, cuja probabilidade de recuperação é elevada.

Um Brasil MAIS SEGURO fortalecerá a capacitação do país no campo da defesa. O Governo Meirelles incentivará os programas para dotar o país de meios para exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais e a segurança das linhas de comunicações marítimas; a vigilância, controle e defesa do espaço aéreo e a segurança das linhas de navegação aéreas; a vigilância, controle e defesa das fronteiras.

O governo patrocinará ações que visem à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente, particularmente na Amazônia. Também fortalecerá a segurança cibernética do Brasil. O Governo Meirelles trabalhará tanto com os parceiros tradicionais do Brasil como com novos atores, a exemplo dos países do Brics, para fortalecer e ampliar os projetos de cooperação na área de segurança. É imprescindível um mundo mais integrado, sobretudo nas ações de inteligência, para o combate ao crime transnacional, ao terrorismo, ao tráfico de pessoas e drogas.

Um Brasil MAIS FORTE, MAIS JUSTO, MAIS INTEGRADO, MAIS HUMANO e MAIS SEGURO é um Brasil à altura dos sonhos de cada um dos brasileiros.

Só quem sabe quando e por que os governos anteriores erraram e tem a experiência para escolher o caminho certo a seguir pode mostrar que é possível construir o país que o POVO deseja.

Álvaro Dias (Podemos)

O texto a seguir diz respeito apenas às propostas para a segurança pública defendidas pelo candidato em questão. Para consultar se Programa de Governo completo, acessar: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000618462//proposta_1534304719669.pdf



EMPREGO PARA TODOS

Mais 10 milhões de empregos em 4 anos
Aumento dos Investimentos até 22% do PIB em 2022
Crescimento da Renda Nacional em até 5% ao ano (média 2019-22)
Simplificação e formalização do contrato de trabalho

SEGURANÇA COM TOLERÂNCIA ZERO

Redução de 60% de homicídios e assaltos (36.000 vidas/ano poupadas)
Investir nas Polícias: os 3 is da Inteligência, Informação e Integração

SAÚDE COM PRONTO ATENDIMENTO

Fila zero nas emergências e prontuário eletrônico
Genéricos sem imposto até 2022

CIÊNCIA, CULTURA E TURISMO

Programa Nacional de Inovação (Cidades, Agro, Saúde e Educação)
Cultura livre via Cartão Cultura
Criação da Secretaria Nacional de Turismo

EDUCAÇÃO DO FUTURO

100% de alunos no Ensino integral até 2022
Web-Educação e Capacitação de professores
Projeto 200 Gênios para Universidades

FAMÍLIA UNIDA

Acesso universal a Creches às mães que trabalham
500 CETs (Centros de Educação para o Trabalho)
1º Emprego, capacitação e remuneração para 1 milhão de jovens
Mais vida útil e saudável para seniores por novas capacitações e lazer

VERDE-ÁGUA E SANEAMENTO 100%

Preservação e aproveitamento integral dos biomas nacionais
Proteção dos mananciais (replanteio de matas em 3500 municípios)
Gestão produtiva dos cursos d'água e aquíferos
Cumprimento do plano RenováBio (créditos para descarbonização)
Prioridade Saneamento: R\$20 bilhões/ano em esgotos tratados